



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ARARIPE
Conselho Municipal de Previdência

- ATA -

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 8 horas e 30 minutos, na sala de reuniões do Instituto de Previdência Municipal de Araripe – IPREMA, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Previdência, tendo como pauta principal a apresentação da Avaliação Atuarial Anual referente ao exercício de 2026, pelo atuário Túlio Pinheiro Carvalho, representante da empresa ARIMA Consultoria Atuarial. Inicialmente, procedeu-se à verificação do quórum, constatando-se a presença dos seguintes membros do Conselho: Maria Eliane de Alencar Costa, Maria D'Deus Silvestre de Sales, Maria Adriana Gadelha Vieira, Antônio Ferreira Neves de Sousa e Eriberto Paz de Castro e Handerson Rodrigues Gonçalves. Verificada a existência de quórum, a Presidente do Conselho, Maria Eliane de Alencar Costa, cumprimentou os presentes e declarou aberta a reunião. Na oportunidade, foi realizada a conferência da documentação solicitada pelo Conselho, identificando ausência da Guia de Parcelamento acordo nº 0145/2026 e o referido comprovante de pagamento. Procedeu-se a análise dos ofícios recebidos e expedidos pelo Conselho Municipal de Previdência. Durante essa análise, foi constatado que a resposta ao ofício 27/2026 solicitando as atas e justificativas da não publicação das mesmas, foi respondido parcialmente, uma vez que foram entregues a cópia das atas das três últimas reuniões, porém, não constou justificativa da não publicação. Embora, o presidente justificou verbalmente que foi encaminhado para empresa responsável, 3IT, que por sua vez, respondeu que houve um erro ao cumprimento dos prazos e que já foi devidamente sanado. Às 9h, compareceu à sala de reuniões o atuário Túlio Pinheiro Carvalho, representante da empresa ARIMA Consultoria Atuarial, para realizar a apresentação da Avaliação Atuarial Anual de 2026. A apresentação foi realizada por meio de slides, contendo informações referentes à situação atuarial e previdenciária atual do IPREMA. Durante a apresentação, a conselheira Antônio Ferreira Neves de Sousa solicitou esclarecimentos acerca do DRAA – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, bem como questionou a consistência da base de dados utilizada para a elaboração da avaliação, especificamente em relação ao alto índice de servidores solteiros, apontando que seria um dado subestimado. A Presidente do Conselho, Maria Eliane de Alencar Costa, também questionou a respeito da base de dados, ressaltando que, conforme observado pelo Conselho, as informações encaminhadas ao Instituto têm chegado, em algumas ocasiões, de forma incompleta. Em resposta, o atuário Túlio Pinheiro Carvalho esclareceu que a manutenção e a atualização dos dados dos servidores devem ser realizadas pelo setor de Recursos Humanos – RH da Prefeitura, de modo a garantir maior consistência e confiabilidade das informações utilizadas na avaliação atuarial. No decorrer da apresentação, a conselheira Antônio Ferreira Neves de Sousa manifestou preocupação com a atual situação financeira do IPREMA, especialmente diante do montante das dívidas existentes e dos possíveis impactos na manutenção do Regime Próprio de Previdência – RPPS. O atuário Túlio Pinheiro Carvalho ressaltou a necessidade de adoção de medidas para a sustentabilidade do RPPS, mencionando a necessidade de realização de reforma previdenciária e destacando a importância do compromisso da gestão municipal e da participação dos servidores na busca de soluções para a manutenção do regime. Em seguida, o conselheiro Eriberto Paz de Castro

questionou sobre a possibilidade de extinção do Instituto. A partir do questionamento, houve discussão entre os presentes acerca dos possíveis impactos e consequências decorrentes de uma eventual extinção do Regime Próprio de Previdência e da consequente vinculação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Após sua manifestação, o conselheiro Eriberto Paz de Castro retirou-se da reunião, ficando registrado seu desligamento da reunião naquele momento. Após esses questionamentos, o atuário apresentou os possíveis cenários: quanto a manutenção, reforma previdenciária e a extinção do Instituto. Dentre os cenários apresentados, o atuário sinalizou a reforma previdenciária como sendo o caminho mais viável para o município. Na sequência, o Presidente do IPREMA, senhor João Batista da Silva Neto, fez uso da palavra e abordou a perspectiva de realização do concurso público apontando-o como uma possível medida relacionada à sustentabilidade e à manutenção do RPPS. Durante os debates, os conselheiros presentes manifestaram, ainda, preocupação quanto à informação de que o ente municipal não está realizando regularmente os repasses referentes à contribuição patronal, bem como quanto à utilização de recursos da reserva previdenciária. Os assuntos foram debatidos pelos presentes, diante dos possíveis reflexos na situação financeira e atuarial do Instituto. Foi também registrado que o DRAA apresentado se encontrava com aproximadamente seis meses de atraso, uma vez que deveria ser encaminhado até 31 de março de 2026 ao Ministério da Previdência social, fato que foi objeto de questionamento e discussão durante a reunião. A conselheira Antônia questionou ainda o aumento da taxa de juros atuarial em relação à avaliação atuarial anterior, o valor da taxa de administração constante do DRAA, que é divergente do valor oficial transferido ao Instituto no mês de janeiro de 2026. Em resposta, o atuário disse que o valor apresentado no DRAA não corresponde ao valor real da taxa, devido inconsistência na base de dados no próprio sistema do DRAA disponibilizado para preenchimento via CADPREV. Na continuidade, foi questionado o fato do DRAA apresentar cobrança de alíquota de 14% de contribuição aos beneficiários (aposentados e pensionistas). Em seguida, foi questionado com o atuário o plano de amortização proposto no DRAA para equacionamento do déficit atuarial, no qual a partir de 2026, consta uma alíquota suplementar de 20,70%, com aumento elevado a cada ano, o que levou a discussão do plenário a partir da análise de que o ente já não está conseguindo honrar a alíquota suplementar atual de 15%. Difícilmente, conseguirá honrar alíquotas maiores ainda. A Conselheira Antônia Neves sugere que o Conselho envie recomendação ao Chefe do Poder executivo apontando as possíveis medidas saneadoras para equacionamento do déficit, que não seja por meio de alíquota suplementar. Após a apresentação e os debates, os membros presentes do Conselho Municipal de Previdência registraram suas discordâncias em relação ao Plano de Amortização da Avaliação Atuarial e ao DRAA, optando por unanimidade, pela NÃO assinatura do mesmo. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às doze horas. Eu, Maria D' Deus Silvestre de Sales, lavrei a presente ata, que, após lida e considerada conforme, será assinada pelos membros presentes. *Maria D' Deus Silvestre de Sales, Antônia Neves, João Batista da Silva Neto, Wilson Brito de Almeida Costa, Maria Antônia Guedes*

Araripe –CE, 29 de setembro de 2026.

LISTA DE PRESENÇA

Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência – CMP, realizada no dia 29 de SETEMBRO de 2026, às 8:30h na Sede do IPREMA, com a finalidade de deliberar sobre a pauta ANEXA:

[illegible]